



O DEBATE NA GRANDE TRANSFORMAÇÃO: LUDWIG VON MISES, FRIEDRICH HAYEK E KARL POLANYI SOBRE CAPITALISMO, SOCIALISMO E MERCADOS

THE DEBATE IN THE GREAT TRANSFORMATION: LUDWIG VON MISES, FRIEDRICH HAYEK E KARL POLANYI ON CAPITALISM, SOCIALISM AND MARKETS

João Rodrigues*
joaorodrigues@ces.uc.pt

Sumário. *O debate relativo ao cálculo económico em socialismo, iniciado por Ludwig von Mises, contou com a participação de Karl Polanyi e de Friedrich Hayek, moldando de diferentes formas o seu pensamento. Este artigo sintetiza alguns dos contributos para este debate sobre o estatuto e o lugar dos mercados, indicando como contribuiu para consolidar uma abordagem neoliberal à economia política institucionalista, mas sobretudo como moldou a original economia política institucionalista crítica de Karl Polanyi. Esta última foi construída numa discussão acesa com o liberalismo económico mais intransigente, a qual continua a enquadrar muitas questões actualmente relevantes.*

Palavras-chaves: *Capitalismo, Socialismo, Mercado, Neoliberalismo.*

Abstract. *The socialist calculation debate, initiated by Ludwig von Mises, counted with Karl Polanyi and Friedrich Hayek among its participants, molding their intellectual endeavors in multiple ways. This article reviews some of their contributions for this debate about the nature and place of markets, indicating how it contributed to consolidate a neoliberal approach to institutionalist political economy, but also Karl Polanyi's original critical institutionalist political economy. The latter was built through an intense debate with intransigent economic liberalism. This discussion still frames numerous important issues.*

Keywords: *Capitalism, Socialism, Market, Neoliberalism.*

* Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador no Centro de Estudos Sociais.

o. Introdução¹

Em 1920, Ludwig von Mises inicia um dos debates mais relevantes da história da economia política do chamado breve século XX, o debate relativo ao cálculo económico em socialismo, ao responder, em artigo, aos socialistas que defendiam uma economia sem mercados, totalmente guiada pela deliberação política explícita. Karl Polanyi seria um dos participantes socialistas da primeira fase, em língua alemã, do debate, antes da sua mais conhecida fase em língua inglesa, a partir dos anos trinta, com Friedrich Hayek, discípulo de Mises, no Reino Unido a partir de 1931, ou Oskar Lange, economista neoclássico e socialista de origem polaca, a ocuparem aí posições antagónicas.

Este debate foi importante para a transformação do liberalismo clássico em neoliberalismo no período entre as guerras. O neoliberalismo foi em parte definido pela nova retórica, também função da natureza dos oponentes socialistas, a favor de uma ordem capitalista de mercado renovada. Estava centrado numa visão essencialista sobre os poderes desta instituição de coordenação na geração de acção económica racional, orientada pelo cálculo egoísta, por um lado, e na difusão de informação e aproveitamento do conhecimento disperso, por outro. A contribuição da Escola Austríaca da economia política seria central para este projecto. O debate inicial com Ludwig von Mises e o engajamento com os argumentos de Friedrich Hayek foi também importante para moldar o pensamento socialista de Polanyi e os seus contributos para uma economia política institucionalista crítica das apologias do capitalismo utópico. Este artigo contribui para aprofundar o conhecimento nesta dupla dimensão: por um lado, sintetiza o contributo da Escola Austríaca para a emergência do neoliberalismo, um conjunto de ideias económicas em movimento político, também em oposição ao socialismo, muito antes do seu triunfo no final dos anos setenta; por outro lado, e mais importante na economia do texto, tenta compreender como é que o pensamento de Karl Polanyi foi moldado pelo debate com a tradição do liberalismo económico, em processo de reinvenção, sem deixar

¹ Agradeço os comentários e sugestões de Ana Cordeiro Santos, de Nuno Teles, de Pedro Teixeira e de um avaliador anónimo. Obviamente, assumo sozinho todos os erros e omissões que possam constar deste artigo.

de procurar responder a algumas das dicotomias armadilhadas que esta entretanto procuraria criar.

O artigo está dividido em três secções. Na primeira, farei uma breve síntese, em parte comparativa, dos contributos de Ludwig von Mises e de Friedrich Hayek no quadro do debate do cálculo económico socialista e para lá dele. Na segunda, procederei a uma descrição de como o pensamento de Karl Polanyi foi explicitamente moldado pelo debate com Mises. Finalmente, na terceira parte, farei uma breve apreciação da forma como o quadro conceptual de Karl Polanyi também resulta de um debate implícito com Hayek, ajudando a explicar a sua inadvertida capacidade de nos legar um aparato conceptual capaz de pensar criticamente o neoliberalismo.

1. O socialismo não saberia calcular

É comum afirmar-se que o debate do cálculo económico em socialismo, que decorreu entre o início da década de vinte e o fim da de quarenta do século passado, contribuiu para a consolidação da Escola Austríaca de economia política, entendida agora como abordagem intransigentemente oposta a todas e quaisquer formas de socialismo, mas também à economia neoclássica e à sua fixação com o equilíbrio, geral ou parcial (Hodgson, 1999). Aliás, a economia convencional oferecia, precisamente, uma justificação teórica para a economia socialista, dotada de mecanismos que mimetizariam os mercados, graças a contributos nos anos trinta, em resposta a Ludwig von Mises, como os de Oskar Lange. Entretanto, os veredictos sobre este debate têm mudado: a ideia de que os socialistas neoclássicos, como Lange (1936), tinham conseguido responder com sucesso aos argumentos teóricos acerca da inexequibilidade de uma economia socialista racional, e de que os de Hayek tinham considerações de índole mais prática, deu lugar a uma opinião hegemónica que considera que a Escola Austríaca conseguiu defender de forma eficaz a inferioridade económica da planificação socialista, quando comparada com as instituições económicas concretas associadas ao capitalismo (Hodgson, 1999). De facto, em 1942, o economista e historiador do pensamento económico liberal Joseph Schumpeter alinhava com a ideia da plausibilidade do argumento socialista contra a crítica à

planificação, enquanto em 1989, por contraste, o economista e historiador do pensamento económico social-democrata Robert Heilbroner afirmava que Mises e Hayek estavam correctos na sua crítica (Schumpeter, 1942/1972; Heilbroner, 1989).

O contributo da Escola Austríaca pode agora ser entendido como representando a ala neoliberal da tradição institucionalista na economia, e a trajetória socioeconómica das experiências socialistas “realmente existentes”, assim como a viragem neoliberal nos países ocidentais, tanto ao nível intelectual como político, também ajudaram a consolidar esta perspectiva (Rodrigues, 2013). É por isso importante tentar sistematizar os contributos de Mises e de Hayek contra o socialismo, mas também, ainda que muito mais brevemente, as suas visões sobre as funções do Estado no capitalismo.

Publicado em 1920, em alemão, o artigo de Ludwig von Mises, “cálculo económico numa comunidade socialista”, é justamente apresentado como o artigo fundador da controvérsia sobre a viabilidade do cálculo económico em socialismo. A este artigo seguiu-se a publicação, em 1922, também em alemão, de uma das suas principais obras: *Socialismo* (Mises, 1981). Mises (1920/1935) tinha um duplo objectivo. Em primeiro lugar, confrontar o movimento socialista e a tradição marxista em ascensão com a sua insuficiente reflexão sobre as consequências económicas que poderiam advir da socialização integral dos meios de produção e da superação das transacções mercantis, ou seja, do que para ele seria a implementação de uma economia socialista. Em segundo lugar, demonstrar que a propriedade privada e o mercado – as instituições centrais do capitalismo – são absolutamente indispensáveis e insubstituíveis para a existência do cálculo económico racional, base do progresso civilizacional: “o socialismo é a abolição da economia racional” (Mises, 1920/1935, p. 110).

O argumento de Mises estrutura-se em torno de duas ideias. Em primeiro lugar, o cálculo económico racional, que pode e deve guiar a acção humana em economia, pressupõe a existência de preços monetários para os bens de consumo, para o trabalho e para os bens de capital, formados em mercados reais, ou seja, segundo um ideal de mercadorização quase universal. Os mercados, em especial para os bens de capital, são inseparáveis da propriedade privada dos meios de produção. Assim, o cálculo económico racional envolve comparação, o que

pressupõe uma unidade comum – valor monetário dos custos potenciais das diferentes alternativas – ou seja, a comensurabilidade. A comensurabilidade, por sua vez, depende da existência da propriedade privada dos meios de produção e dos mercados para gerarem preços monetários – o nexos comensurabilidade-mercadorização –, central em todo o pensamento de Mises (Rodrigues, 2013). Em segundo lugar, o cálculo económico aparece estreitamente associado ao “problema da responsabilidade e da iniciativa empresariais em socialismo (...) à exclusão da livre iniciativa e responsabilidade individual de que depende o sucesso da empresa privada” (Mises, 1920/1935, p. 116). Estamos aqui perante a relação entre os arranjos institucionais de uma economia, os incentivos gerados e as motivações para a acção económica racional de indivíduos, vistos como psicologicamente egoístas: a esfera dos mercados favoreceria um comportamento empreendedor motivado “só e apenas pelo interesse egoísta em obter lucros e adquirir riqueza” (Mises, 1949, p. 288). O capitalismo, em versão pura, de rivalidade generalizada, é assim a condição para o esforço, compatível com a hipótese egoísta, para avaliar os custos e benefícios pecuniários das diferentes alternativas e fazer escolhas económicas entre as várias afectações possíveis dos recursos, com os resultados a posteriori, expressos em termos de ganhos e perdas, a ditar o acerto dessas escolhas. Isto acontece num cenário de incerteza genuína e numa economia em perpétua mudança, duas características incontornáveis. O socialismo eliminaria as condições institucionais para resolver o problema económico, pelo que seria uma utopia, que produziria efeitos distópicos, socioeconómica e politicamente altamente regressivos, na sua tentativa de institucionalização. Uma impossibilidade a prazo, em suma.

Entretanto, note-se também que, ao contrário da maioria dos seus discípulos no Instituto que leva hoje o seu nome na Universidade de Auburn, no Alabama, Mises não é um libertário de direita, defensor da abolição do Estado, já que a existência de uma verdadeira esfera dos mercados, que coincide exatamente com a esfera onde os indivíduos podem fazer cálculos monetários de custo-benefício relevantes, tem necessariamente de depender da existência de uma esfera burocrática, estatal, regida por considerações de outra índole: “existem áreas de actividade humana em que não pode haver questões de gestão de lucro e onde tem de prevalecer a gestão burocrática” (Mises, 1944, p. v). Para Mises, a esfera do Estado capitalista, que equivaleria por definição à esfera da burocracia,

deve ser reduzida à tarefa de garantir a integridade dos mecanismos de mercado, tarefa essa que considera bastante simples, até dada a ausência de falhas de mercado, se os princípios racionalistas liberais de base utilitarista, por si expostos, não forem dissipados em compromissos com toda a espécie de ideologias “intervencionistas”. Note-se, entretanto, que “medidas que são tomadas com o objectivo de preservar a ordem da propriedade privada não são intervenções” (Mises, 1927, p. 17). Esta divisão de esferas confere intransigência e rigor aparentes aos esforços de Mises, independentemente da sua implausibilidade política perante os dados conhecidos relativos ao dinamismo da chamada economia mista em parte do século XX – como reconhece até quem trabalha no âmbito da Escola Austríaca (Ikeda, 1997). Seja como for, o ideal de uma “sociedade de mercado pura” (Mises, 1949, p. 239) deve estar na base de um esforço deliberado de acção e de persuasão intelectuais, que não dispensa a força e logo o apoio de circunstância a forças iliberais, que salvem o princípio da propriedade privada contra ameaças socialistas, como foi o caso do fascismo italiano (Mises, 1927). Apesar disso, e repetidamente, Mises apresentava nos debates os assuntos em discussão em termos de escolhas e previsões absolutas: “O Homem tem de escolher entre uma economia de mercado ou o socialismo. Não pode escapar a optar entre estas alternativas, adoptando uma posição ‘a meio caminho’, qualquer que seja o nome que lhe dêem” (Mises, 1949, p. 861).

A natureza institucionalista deste argumento, que depende de um sistema socioeconómico historicamente específico – o capitalismo –, ainda que abstractamente definido por Mises, não passou despercebida aos socialistas neoclássicos (Lange, 1936, p. 62). Lange (1936), partindo da ideia da universalidade do problema económico, e apoiando-se na teoria neoclássica dos preços, defendeu que o socialismo poderia criar um procedimento de tentativa e erro, que mimetizaria os mercados, em modo de leiloeiro Walrasiano, no que diz respeito aos bens de capital, e que se combinaria com os mercados de trabalho e de bens de consumo. Deste modo, assegurar-se-ia a coexistência do planeamento, racional e igualitário, com a comensurabilidade. A “concepção algorítmica da racionalidade”, que partilhava com Mises, pelo menos no que diz respeito à vida económica, não seria apenas salvaguardada, mas ainda elevada a um patamar superior em termos de eficiência e de equidade (O’Neill, 1998, p. 115).

Friedrich Hayek, discípulo de Mises, cujo livro *Socialismo* terá sido responsável pela sua conversão “liberal”, foi responsável por trazer contributos como os do seu mestre para um debate que, a partir da década de trinta, se trava fundamentalmente em língua inglesa, beneficiando da sua posição como Professor na *London School of Economics*, a partir de 1931 (Hayek, 1935). Hayek desenvolveu um argumento epistemológico contra a planificação socialista na sua crítica do modelo neoclássico. Este modelo esteve na base do contra-ataque socialista de Lange e de outros. Segundo ele, o modelo neoclássico, com a sua obsessão com a tendência para o equilíbrio final, assume irrealisticamente, desde a génese, a possibilidade da existência de um conhecimento perfeito (Hayek, 1937/1948a). Esta premissa oculta a função real, e, na perspectiva de Hayek (1946/1948d), insubstituível, dos processos de mercado e da concorrência possível a eles associada: gerar preços em permanente mudança, que funcionam como mecanismos de informação para os empreendedores descobrirem as melhores maneiras de ir ao encontro das preferências dos consumidores, com o mínimo de custos e o máximo de benefícios possíveis. Hayek (1945/1948c) assinalou a natureza dispersa e tácita de algumas formas de conhecimento economicamente relevante, bem como a indispensabilidade da descentralização associada aos mercados para mobilizar esse conhecimento, compatibilizando assim os planos de consumidores e produtores. Era esta a base do seu argumento de que os responsáveis pelos planos centrais não poderiam ter qualquer expectativa, mesmo através dos processos de tentativa e erro delineados por Lange, de aceder ou ser capazes de agregar o conhecimento económico contextual e subjetivo de quem participa nos mercados. Além disso, a informação objectiva contida nos preços de mercado (que seriam, simultaneamente, a consequência das escolhas e poder dos agentes económicos e parte da informação que teriam de ter em conta ao tomar as suas decisões) também não poderia existir sem a configuração institucional dos verdadeiros mercados.

Ao encetar esta agenda de investigação contra o socialismo, Hayek tinha bem presente que o trabalho de Mises era “o ponto de partida de todas as discussões acerca dos problemas económicos do socialismo, tanto construtivas como críticas, que quisessem ser levadas a sério” (Hayek, 1935: 33). Porém, dois passos acabariam por afastar Hayek de Mises, logo no debate do cálculo socialista. O primeiro foi metodológico: Hayek (1937/1948a) rejeitava a lógica da

escolha pura, a base da forma de raciocínio apriorística de Mises sobre questões económicas, e defendia que perceber como é que os agentes económicos aprendem implicava dar conta da divisão de facto do trabalho e do conhecimento na sociedade, assim como do processo com que os agentes se deparariam para tornar os seus planos compatíveis; ou seja, implicava reconhecer a dimensão empírica da economia (Caldwell, 2004). O segundo passo foi tanto epistemológico como institucional: Hayek defendeu, por um lado, que a concepção de racionalidade na economia era demasiado exigente; e, por outro, que a dependência da configuração institucional não fora suficientemente escrutinada. Assim sendo, a sua crítica ao socialismo tornou-se simultaneamente uma crítica ao “racionalismo” utilitarista, ou seja, uma crítica à ideia de que, nos mercados, os indivíduos poderiam, através de um quadro de meios e de fins pré-definido, avaliar com toda a clareza as alternativas económicas e os efeitos das instituições particulares, e meticulosamente desenhadas, em que poderiam exercê-las. Acresce que a natureza limitada, tácita e incomensurável de grande parte do conhecimento na posse dos participantes nos mercados significa que a racionalidade não é apenas mais frágil, mas também fundamentalmente dependente das regras sociais e políticas em vigor, que teriam de estar em evolução progressiva, configurando uma ordem dita espontânea e que só um certo tipo de capitalismo poderia garantir, bem como a indispensável liberdade individual para descobrir, ou seja para empreender, que lhe estaria unicamente associada (Hayek, 1944/2009).

Dito isto, é preciso acrescentar que a convergência substancial, tanto intelectual como política, entre Mises e Hayek, no que confere ao tópico do socialismo, é avassaladora (Boettke, 2002). Tal como a insistência de ambos em que cada tentativa de combinação de elementos do capitalismo e do socialismo, numa espécie de solução “a meio caminho”, não teria pernas para andar, degenerando na planificação autoritária e ineficiente ou sendo salva por uma restauração do capitalismo, com todas as instituições associadas (Hayek, 1944/2009; Mises, 1949). Onde Hayek se separa de Mises de forma mais saliente, mas menos escrutinada, é na questão para si central e que lhe tinha sido colocada por Keynes (1944) na sua resposta ao *Caminho para a Servidão*: onde traçar a linha entre os mercados e o Estado – por outras palavras, a estrutura concreta das sociedades de mercado. Como Keynes (1944) assinalou, Hayek (1944/2009)

defendeu que a intervenção estatal na economia corria o risco de levar, em jeito de plano inclinado, ao autoritarismo político, para este indissociável do socialismo, ao mesmo tempo que advogou que o liberalismo não se podia confundir com o *laissez-faire* e que a agenda do Estado liberal era legitimamente ambiciosa, dado que os mercados dependiam de uma esfera não-mercantil relevante.²

Embora Hayek refira várias vezes, e de forma aprovadora, ao longo da sua obra a fórmula de Mises sobre as acções do Estado que seriam necessárias, porque conformes à institucionalização de uma ordem capitalista de mercado, e que por isso se poderiam distinguir do “intervencionismo” anti-mercantil de tipo socialista, a verdade é que Hayek foi muito para lá da ideia de Mises, dita liberal clássica, de um Estado guarda-nocturno. Isto foi assim, devido a um movimento, de novo duplo, de separação em relação a Mises. Em primeiro lugar, Hayek (1944/2009, 1960/2006, 1982) acabou por reconhecer que as instituições centrais do capitalismo eram bem mais variadas e plásticas e que a sua criação e evolução era o resultado de um trabalho político mais exigente, apesar da sua retórica sobre a ordem espontânea. Em segundo lugar, Hayek, ao contrário de Mises, aceitou abrir “a caixa de Pandora das falhas de mercado”, na apta fórmula de um crítico libertário (Block, 1996, p. 347), que o Estado poderia eventualmente corrigir. Na sua síntese sobre a arquitectura institucional da sociedade de mercado, Hayek (1960/2006: 194) defendeu que “é o carácter e não o volume da actividade estatal que é importante”, aproximando-se implicitamente do célebre diagnóstico de Polanyi (1944/2012), segundo o qual a expansão dos mercados não se faz sem a expansão dum certo tipo de intervenção estatal. Antes de escrutinar esta questão, à guisa de conclusão, vale a pena detalhar a forma como pensamento de Karl Polanyi foi moldado por um envolvimento cuidado e continuado com os argumentos da Escola Austríaca.

² Para uma apreciação das implicações da observação de Keynes sobre a evolução do pensamento de Hayek relativamente às contestadas fronteiras entre Estado e mercados, ver Rodrigues (2012).

2. O socialismo saberia não só calcular, mas também deliberar

Uma leitura dos contributos de Karl Polanyi na fase austríaca do debate do cálculo socialista, nos anos vinte, torna clara a importância de Ludwig von Mises neste e noutros debates ao longo do seu percurso intelectual, a maneira como a sua obra foi, de um modo mais geral, visível no seu único livro publicado em vida, *A Grande Transformação*, marcada pelo confronto permanente com o liberalismo económico mais intransigente. Polanyi sempre recusou colocar o debate nos temas propostos por Mises (1920/1935): ou o capitalismo *laissez-faire* baseado na propriedade privada, concebida como o controlo absoluto, assente numa economia de base racional onde o cálculo económico é possível, dada a existência de preços de mercado, ou uma economia centralizada, onde não há guias para a distribuição racional dos meios de produção, porque não existem os alicerces institucionais necessários. Polanyi também não aceitou o conceito central da “economia utópica” de Otto Neurath, ou seja, a ideia de uma economia socializada sem mercados, onde o critério monetário seria substituído por deliberações levadas a cabo por uma agência central – um dos principais alvos da crítica inicial de Mises ao socialismo (Uebel, 2008). Esta dupla rejeição foi formulada em termos de uma crítica dirigida aos “partidários dogmáticos”, tanto liberais como socialistas, que aderiam à tese de uma economia pura, fosse de mercado ou sem mercados (Polanyi, 1922/2008a).

Todavia, Polanyi absorveu ideias de ambas as posições. Na verdade, convergiu com Mises: como este último afirmou em artigo de 1923, republicado como apêndice numa reedição do seu livro *Socialismo*, Polanyi tinha compreendido “que o cálculo económico se relevaria impossível numa economia com uma administração centralizada e sem mercados” (Mises, 1981, p. 474).³ Polanyi (1922/2008a) sustenta que o problema central do capitalismo – o de não dar conta de todos os custos relevantes do processo de provisão – só poderia ser resolvido através de um sistema democrático e associativo fortemente inspirado na proposta do socialismo de guildas de G. D. H. Cole (1920), procurando alargar

³ Esta convergência não legitima uma leitura da crítica de Mises ao socialismo que a reduza à condição de “ácida no seu melhor, histeria ideológica formulada em jargão científico no pior” (Mendell, 1990, p. 67). Polanyi sempre levou Mises mais a sério do que alguns dos seus intérpretes e apoiantes mais influentes.

a voz democrática da esfera política a todas as esferas relevantes para a vida socioeconómica (Mendell, 1990; Maucourant, 2005; Dale, 2010).

Mais ainda, concorda com Mises quando este reconhece que a tradição anti-capitalista, a partir de Marx, não desenvolveu uma “teoria económica positiva” para o socialismo, capaz de fornecer uma orientação teórica clara para o exercício de reconfiguração institucional da economia. Significa isto que a única teoria económica formal disponível era o marginalismo. Apesar disso, a asserção de Rosner (1990, p. 57) de que Polanyi acreditava numa economia planeada baseada em “conceitos de utilidade marginal” é equivocada. Polanyi não antecipou a estratégia de Lange (1936) de recorrer à teoria económica neoclássica para propor um modelo de planificação central com imitações dos mercados ideais da teoria. Ao contrário de Lange, Polanyi (1922/2008a) considerou que a teoria económica não poderia servir de guia, neste estágio de desenvolvimento, para a discussão sobre as instituições económicas socialistas. A solução de Polanyi para este impasse foi defender a possibilidade de uma separação “formal” da contabilidade e da teoria económica. A contabilidade – a “visão numérica da economia” – seria pensada de acordo com as questões fundamentais levantadas pelas prioridades que revelam a natureza institucional dos dois sistemas socioeconómicos exequíveis disponíveis: lucros para o capitalismo; produtividade máxima e produção com objectivos sociais, garantida pelas regras sociais necessárias para promover a justiça social na distribuição, para o socialismo (Polanyi, 1922/2008a).

Estes conceitos ajudam a perceber os contornos institucionais do modelo de socialismo associativo proposto por Polanyi. Antes de nos dedicarmos a eles, vale a pena assinalar que também partilhava com Mises, pelo menos nesta fase inicial, a ideia de que um cálculo como deve ser de todos os custos do processo de provisão, tanto de natureza “técnica” como “social”, requereria a existência de um único critério pecuniário. Só assim se garantiria a sua comensurabilidade e se permitiria uma apreciação racional dos custos “dos ideais da humanidade”, mesmo se os benefícios desses ideais não possam ser traduzidos por esse denominador comum: “um sistema contabilístico que não permita a redução de todas as somas à mesma unidade de cálculo [monetário] não faria muito sentido” (Polanyi, 1922/2008a, p. 299). A existência de preços, sejam negociados entre

associações de produtores e consumidores ou determinados por uma autoridade política, é assim um elemento crucial no sistema de cálculo socialista de Polanyi.

É na crítica ao capitalismo que Polanyi defende uma economia plenamente socializada, pela eliminação da propriedade privada dos meios de produção na base do capitalismo, que considerava estar na origem da maioria dos problemas políticos e socioeconómicos. Não obstante, isto não significa que no socialismo as unidades económicas tivessem de ser geridas completamente de acordo com um plano definido centralmente: o facto de uma autoridade política (a “Comuna”, na terminologia de Polanyi) ser formalmente detentora dos meios de produção não tem de impedir a descentralização de certos direitos, tipicamente associados à propriedade, bem como das respectivas decisões económicas (Polanyi, 1922/2008a).

Rosner (1990) refere que Polanyi criou dois conceitos de produtividade – técnica e social – e usou-os para criticar as instituições do capitalismo e delinear os contornos institucionais do socialismo. A produtividade técnica é convencionalmente definida como a minimização dos factores de produção – incluindo trabalho e recursos naturais – para produzir a quantidade máxima possível de resultados, e o capitalismo é criticado, como costumava acontecer nos círculos socialistas, tanto por promover formas de competição esbanjadoras e propícias a crises entre empresas demasiado pequenas e míopes, como por criar monopólios que contraem deliberadamente a produção. Enquanto a produtividade técnica diz respeito ao campo da produção, a produtividade social pertenceria ao campo do consumo, sendo a questão a de saber se as necessidades do indivíduo, “enquanto ser social consciente”, podem influenciar o processo de provisão. No capitalismo não existe “um órgão de percepção” capaz de identificar os “objectivos sociais, intelectuais e morais da comunidade política na medida em que dependem de meios materiais” (Polanyi, 1922/2008a, p. 293-294). Segundo Polanyi (1922/2008a), apenas as preferências do indivíduo isolado, se apoiadas por dinheiro, são reconhecidas neste sistema, independentemente da perda de “utilidade social” originada pelos custos sociais, geralmente não reconhecidos, do capitalismo. Assim sendo, o desafio perante os socialistas consistiria em criar vários “órgãos de percepção”, capazes de inculcar nos produtores a consciência das prioridades sociais das pessoas, não tanto enquanto consumidores isolados, mas

como consumidores organizados; cidadãos a quem o “direito a viver”, numa perspectiva alargada, é garantido, e que devem ter a capacidade de deliberar acerca das regras sociais que influenciarão os bens que serão fornecidos, como serão fornecidos e com base em que critérios de acesso, para além do modo como os custos e benefícios do trabalho podem ser repartidos de forma justa (Polanyi, 1922/2008a). Polanyi acaba concluindo que o conceito de produtividade só será operacional dentro da esfera “técnica” da produção, e que o conceito de produtividade social terá, na prática, de ser substituído pelo que designa de “legislação social”, incorporando os ideais de justiça e utilidade social duma comunidade socialista dotada de “órgãos de percepção” capazes de deliberar acerca destes fins. No entanto, estes ideais geram custos económicos específicos, e Polanyi está confiante em que alguns deles possam ser distinguidos dos (e depois acrescentados aos) custos “técnicos”, “naturais”, da produção.

A identificação fundamental de todos os custos significativos gerados pelos aspectos técnicos da produção e pela legislação social depende duma configuração institucional específica e original, que Polanyi (1922/2008a) apenas descreve em traços largos. Unidades autogeridas de forma democrática, formando associações locais e regionais através de ramos da indústria representados num congresso nacional de associações de produção de todo o Estado, seriam um dos pilares. Em paralelo com a organização democrática da produção, com os seus diferentes níveis, existiriam associações semelhantes de consumidores, incluindo cooperativas, cujos interesses seriam representados, à escala nacional, pela principal organização política responsável pelos interesses gerais de toda a comunidade política, a “Comuna”. Seria esta a definir, em articulação com o congresso dos produtores, todos os aspectos relativos à legislação social, incluindo as prioridades sociais que regulam a produção e o investimento; e também a definição dos salários, que seriam decididos de acordo com as concepções dominantes de salário justo, assim como a definição de alguns preços, tais como o das matérias-primas e outros recursos naturais.

Alguns dos custos sociais resultantes destas negociações políticas (salários e o preço das matérias-primas, por exemplo) fariam então parte dos parâmetros “técnicos” que as associações de produtores teriam de ter em consideração aquando das decisões de produção, assinalando-as como “naturais” ou “técnicas”

nos seus balanços. As restantes decisões políticas, que constituem o perímetro social que pressiona directamente os meios e os fins técnicos da produção, gerando, por conseguinte, custos adicionais, deveriam, por uma questão de transparência e prestação de contas, ser considerados como tal nos balanços das unidades de produção afetadas. Isto significa que a tentativa de Maucourant (2005) de clarificar o modelo de Polanyi, segundo a qual os processos “naturais” são processos económicos que emergem espontaneamente no seio do quadro institucional criado pela comunidade política, só está correcta se o conceito de quadro institucional for alargado para incluir salários e muitos outros preços fixados, que aparecem como custos naturais ou técnicos, para recorrer à taxonomia deveras intrincada de Polanyi. No interior deste quadro institucional, os preços dos bens seriam o resultado das negociações entre as associações de produtores e as associações de consumidores.

Polanyi não estabelece uma articulação clara dos dispositivos institucionais através dos quais este processo de negociação aconteceria. Maucourant (2005) considera que o modelo de Polanyi, enquanto recusa da ideia de um grande mercado auto-regulado, deixa imenso espaço para verdadeiros ajustamentos de mercado, uma vez que as unidades económicas autogeridas descentralizadas, representadas pelas suas associações, têm de vender os bens que produzem aos consumidores ou às outras unidades económicas, através das associações que as representam. As associações têm de gerar excedentes acima dos custos técnicos de produção para poderem sustentar os custos sociais impostos pela comunidade e financiar novos investimentos. A reconstrução paciente, feita por Maucourant, do modelo algo vago de Polanyi sugere que existe um esforço para combinar o planeamento democrático com mercados reais. Os parâmetros, definidos pelos representantes dos consumidores e cidadãos na “Comuna” e pelo congresso que representa as associações de produtores, delimitariam o espaço onde as decisões de produção e as trocas de mercado poderiam ocorrer.

Na sua resposta a Polanyi, de 1923, Mises considera que o modelo de socialismo proposto, deixando um espaço ambíguo para as trocas de mercado, não poderá jamais ser estável. A principal razão indicada está em conformidade com o seu argumento global acerca da instabilidade política e institucional de qualquer economia que vá para lá das linhas de demarcação por si traçadas entre

o Estado e os mercados: a incoerência gerada pela existência de instituições económicas baseadas em princípios diferentes cria perturbações económicas, que podem levar tanto ao restabelecimento de uma economia baseada na propriedade privada como ao aumento do intervencionismo. Em última instância, a superação da propriedade privada inviabiliza qualquer tipo de transacção de mercado.

Todavia, o argumento de Mises contra Polanyi tem uma dimensão mais interessante: a acusação de que o sistema de Polanyi leva ao “sindicalismo”, se o congresso dos produtores se sobrepuser, na luta pelo poder, à “Comuna” (Mises, 1981). Para Mises, o sindicalismo é uma forma de capitalismo de mercado menos produtiva, onde são os próprios trabalhadores quem detém os meios de produção. Aqui, o argumento não se baseia tanto na impossibilidade de cálculo económico, mas sobretudo na ideia de que este sistema deixa de poder ser considerado socialista: se não existe nenhuma forma de planificação central, as desigualdades económicas fundamentais entre as diferentes associações em competição nos mercados acabariam, inevitavelmente, por surgir. E só poderiam ser precariamente contrariadas através de redistribuições periódicas de riqueza, que teriam efeitos negativos nos incentivos de mercado. Mais ainda, o rumo colectivo de cada unidade económica seria menos eficiente e eficaz do que um comando único por parte do empresário, o capitalista ou o senhorio, por causa da disseminação dos incentivos pecuniários.

Ou seja, a posição de Mises confirma a importância dada, as mais das vezes implicitamente, a asserções acerca das motivações humanas dominantes – o egoísmo – e a necessidade associada à existência de incentivos pecuniários selectivos, gerados pelos mercados, que são a força motriz para uma elite de empresários, os quais monopolizam a iniciativa, sendo os trabalhadores remetidos para funções passivas (Rodrigues, 2013). Esta questão das motivações é contraditória com a posição expressa, em 1922, de que o argumento contra o socialismo e a favor do capitalismo é neutro nesta matéria. O argumento usado contra o socialismo de Polanyi torna ainda mais claros três dos pilares do pensamento de Mises que foram integrados de alguma forma na economia política neoliberal posterior: a ideia de que a política se reduz a relações de poder, de força, sem espaço para deliberações ou compromissos estáveis entre interesses e valores; a ideia de que os mercados, baseados nos direitos de propriedade

capitalistas aos quais estão indissociavelmente ligados, são o melhor, na realidade o único, mecanismo para resolver apoliticamente os conflitos de interesses; e a subordinação do Estado, enquanto poder coercivo unitário, à missão de expandir e produzir os alicerces institucionais dos mercados para, potencialmente, a generalidade dos bens e serviços. Visando confrontar estes argumentos, Polanyi (1924/2008b) reforça a sua tese inicial – de que era mesmo necessária uma teoria positiva do socialismo, que podia ser assegurada pela sua tradição associativa, de forma a ultrapassar “as disputas escolásticas entre os marxistas ortodoxos e os seus inimigos burgueses” (Polanyi, 1924/2008b, p. 318) – e acrescenta-lhe mais duas linhas de argumentação, desenvolvidas também alhures (Polanyi 1925/2008c).

Em primeiro lugar, clarifica o paralelo entre a coexistência, em cada pessoa, como ser em várias relações sociais, de diferentes motivações – enquanto trabalhador, consumidor ou cidadão –, o que não impediria a consubstanciação “de um processo vital único, ou seja, a actividade económica individual”, e a representação institucional desta diversidade motivacional num modelo funcionalista de socialismo. Este processo seria constituído de forma tal que “o conflito entre os interesses idênticos de diferentes grupos de homens, como no caso de uma sociedade de classes sob a égide do capitalismo, é substituído pelo conflito entre interesses diferenciados de um e mesmo grupo de homens – conflito esse que se tornaria o princípio fundamental de acção na sociedade, e, por conseguinte, na economia” (Polanyi, 1924/2008b, p. 322). Polanyi (1924/2008b) pensa que o espaço político poderia ser estruturado de forma a substituir as relações de poder de dominação permanente – de “supremacia” – em que uma hierarquia acaba por levar a melhor, tal como Mises prevê, seja a Comuna ou o congresso dos produtores, por “relações de reconhecimento” legalmente respaldadas. Estas relações expressam a ideia de que é necessário, tanto ao nível individual como social, acomodar motivações e interesses divergentes: “cada indivíduo deve ser confrontado consigo mesmo, através das suas diferentes representações funcionais” (Polanyi, 1924/2008b, p. 323). O processo de decisão ao nível político, embora reconheça de forma transparente os interesses antagónicos, não impede a existência de equilíbrios consensuais, expressos na coexistência de diferentes disposições institucionais no seio da

economia, impulsionando uma ética individual de responsabilidade pelos resultados colectivos (Dale, 2010).

Em segundo lugar, Polanyi (1925/2008c), que, por esta altura, estava a tentar dissuadir os sociais-democratas austríacos de aderir a uma economia puramente administrada, com base no planeamento central, pensava que a descentralização necessária exigiria uma sociedade civil socialista forte e autónoma em relação ao Estado, assente em sindicatos independentes e numa série de outras associações que reflectissem as capacidades organizativas da classe trabalhadora – cooperativas, associações profissionais, municípios democráticos ou partidos operários (Chaloupek, 1990). Estes seriam parte de todo um esforço educacional, consciente, misturando teoria e prática, capaz de promover simultaneamente a autonomia individual e o sentido de simpatia e responsabilização ético-política pelo que acontece aos outros, dada a natureza das interdependências em sociedade. Tanto o planeamento central como as transacções de mercado eram consideradas, por si sós, incapazes de chegar a uma visão de conjunto da economia “a partir do seu interior”, sem estarem incrustadas numa rede de movimentos sociais organizados e articulados entre si (Polanyi, 1925/2008c; Mendell, 1990). Esta rede, valorizada por Mendell (1990), ou não fosse no período mais recente uma teorizadora da chamada economia social, era nos anos vinte vista por Polanyi como um elemento crucial da economia socialista, entendida como o resultado do processo de alastramento e aprofundamento da democracia. Polanyi (1925/2008c) reconhecia, mais uma vez, que não existia uma teoria económica própria para esta economia; e acrescentava até que talvez nunca viesse a haver: teorias parciais das instituições, que fornecessem instrumentos utilizáveis “na acção do movimento operário”, eram o melhor que os socialistas podiam obter.

Polanyi (1925/2008c) aprofundou a posição, relativamente moderada para a altura, que não se inscrevia na abordagem então dominante do socialismo (Chaloupek, 1990). Os argumentos que apresenta contêm o embrião da potencial resposta socialista ao futuro argumento de Hayek a favor dos mercados e em oposição à planificação central, como explanado na sequela anglo-saxónica do debate do cálculo socialista nos anos trinta e quarenta. Esta resposta aceita, em parte, os termos que enquadrarão o argumento epistémico de Hayek a favor do

mercado: os responsáveis pelo plano central podem apenas adquirir, recorrendo a sistemas de controlo traduzíveis em estatísticas, uma útil, mas estreita e limitada, “visão da economia a partir do exterior”, sobretudo acerca dos meios de produção disponíveis e das suas possibilidades técnicas passadas (Polanyi, 1925/2008c, pp. 330-331). Polanyi defendeu que, para lá dos meios de produção, a economia engloba também elementos qualitativos, que se esquivam a qualquer tentativa de quantificação ou medida, seja através dos mercados ou da planificação central (Congdon, 1990). Polanyi (1925/2008c) estava sobretudo preocupado com a identificação de mecanismos institucionais que permitissem revelar as necessidades humanas mais prementes e os custos sociais, de natureza necessariamente qualitativa, dos processos de produção, por exemplo em termos de condições de trabalho indignas. Se o “rumo ao socialismo é uma questão de organização”, então a dimensão moral da economia socialista, expressa na capacidade para chegar a uma “visão interna global da economia” exigia formas apropriadas de organização (Polanyi, 1925/2008c, p. 335). E as mais apropriadas de todas seriam democráticas, isto é, associações igualitárias, no espírito do socialismo de guildas. Estas proporcionariam um local de destaque para “ter voz” e educação, de forma a promover os sentimentos morais adequados entre os próprios trabalhadores e a criar mecanismos não-mercantis, capazes de produzir e espalhar fluxos de informação e conhecimento, para gerar as respostas políticas apropriadas por parte das lideranças políticas, até dadas as possibilidades que seriam abertas para se exercer pressão de baixo para cima.

Polanyi presumia que a evolução do princípio cooperativo de organização dos trabalhadores promovesse as motivações adequadas, para lá do egoísmo, entre os que geriam os bens de produção em nome da comunidade que os detinha formalmente. A existência de um conjunto de associações de consumidores e produtores, organizadas em federações nacionais, acabaria por, na expectativa de Polanyi, replicar a um nível mais vasto a atmosfera de fraternidade e interesse mútuo entre os trabalhadores que ele associava às experiências socialistas de sucesso como a “Viena Vermelha”.⁴

⁴ Polanyi (1944/2012) refere a experiência da capital austríaca no pós-guerra, gerida pelos sociais-democratas entre 1918 e 1934, como um enorme sucesso social e ético-político, provisionando bens essenciais, como a habitação, e assegurando a participação e dignificação das classes trabalhadoras. Apesar disso, ou talvez por causa disso, esta experiência foi “violentamente atacada pelos adeptos do liberalismo económico” (Polanyi, 1944/2012, p. 525), como Mises, mas só sucumbiu “ante o ataque de forças políticas poderosamente sustentadas por argumentos puramente económicos”. Esta formulação é exemplo de uma intuição significativa que

A existência de uma esfera de transacções de mercado, enquadrada por regras adequadas e por alguns preços, incluindo salários, definidos politicamente entre associações, tornaria o cálculo económico possível e indicaria os custos “naturais” e “sociais” da economia socialista, facilitando também a deliberação política na economia. Esta é, assim, uma súpula do projecto de Polanyi (1922/2008a, 1924/2008b, 1925/2008c) para uma “sociedade socialista organizada em termos funcionais”, um meio-termo entre a economia associativa sem mercados de Otto Neurath, assente na planificação integral da economia, e os mercados sem restrições de Mises, onde as relações de mercado são promovidas ao máximo e as únicas “associações” valorizadas são empresas capitalistas controladas pelos capitalistas.

É possível, entretanto, afirmar que o artigo de Polanyi de 1925 já contém o embrião do conceito de mercadorias fictícias, tão importante no argumento de *A Grande Transformação*, em 1944, quando parece abandonar a distinção entre custos sociais e naturais, tal como fora previamente definida, ainda que mantendo a intuição de que teriam de ser criados “órgãos de percepção” para garantir que os custos sobre terceiros gerados pelas actividades económicas seriam reconhecidos como tal e as instituições fundamentais do capitalismo reformadas – e, eventualmente, substituídas. Para fundamentar esta afirmação, é importante começar por assinalar que existe um importante elemento de continuidade no pensamento de Polanyi, desde a participação no debate do cálculo socialista até ao seu livro *A Grande Transformação*: a defesa de que os preços mais importantes – salários, taxas de juro, matérias-primas – têm sempre de ser definidos, directa ou indirectamente, fora dos mercados e através de um processo político. A diferença reside no facto de, nos primeiros anos da década de vinte, Polanyi estar convicto de que todos os custos relevantes do socialismo, em oposição ao capitalismo, podiam ser contabilizados através de um único critério – a hipótese da comensurabilidade, partilhada também por Mises, ainda que para justificar a racionalidade de um sistema socioeconómico radicalmente distinto. A partir de meados da década de vinte, Polanyi começou a dar nota do facto de que existem elementos que não podem ser reduzidos a um critério quantitativo

Polanyi desenvolveu em relação ao liberalismo económico (que considerava, erradamente, como tendo passado à história), aplicável à sua reconstrução como neoliberalismo: a combinação do poder de Estado e de teoria económica, com o objectivo de destruir as instituições não-mercantis igualitárias e os valores que as sustentam.

comum, pelo menos não sem perda de informação e conhecimentos fundamentais e vitais em termos de políticas públicas (Polanyi, 1925/2008c). Em *A Grande Transformação*, estes temas são tratados através da exploração do conceito de mercadorias fictícias, que pode ser interpretado como a principal resposta de Polanyi ao liberalismo económico mais intransigente, ou não fosse Mises, de novo, um dos seus alvos neste contexto.

Contra a ideia de que os mercados ditos livres tendem a ser a única maneira de induzir nas interações humanas comportamentos cooperativos eficientes, Polanyi denuncia a natureza utópica da engenharia política que procura transformar em mercadorias, submetidas a um sistema de mercado auto-regulado, com preços supostamente determinados pelas forças da oferta e da procura, três elementos que, na sua essência, não podem ser considerados mercadorias, já que não existem para ser comprados e vendidos: a moeda é um produto combinado da acção coerciva de um poder público e da confiança social; a terra é parte integrante da natureza; e o trabalho é “somente outro nome da actividade humana que acompanha a própria vida” (Polanyi, 1944/2012: 215). A tentativa de mercadorização integral destes elementos é tão artificial, tão contrária à “substância humana e natural” das sociedades, que não pode deixar de introduzir rupturas históricas profundas com outros sistemas de provisão, de exigir transformações institucionais de largo alcance e que passaram pela demolição sistemática de múltiplas instituições de protecção: o princípio prudente da “habitação”, saudavelmente desconfiado em relação ao alastramento dos mercados, foi substituído pela crença no progresso, na “beneficiação”, mesmo que este implicasse uma deterioração multidimensional das condições de vida, em particular das comunidades alvo de destruição, em última instância cultural (Polanyi, 1944/2012). Polanyi indica alguns dos mecanismos responsáveis por essa destruição, ao apontar de novo a inexistência de um órgão adequado no capitalismo liberal para dar conta dos custos sociais, invisíveis e ubíquos, gerados pelo esforço de criar uma sociedade de mercado: “as classes ligadas ao comércio não estavam dotadas de um órgão que as fizesse aperceber-se dos perigos acarretados pela exploração física dos trabalhadores, a destruição da vida familiar, a devastação dos meios circundantes, a ruína das florestas a poluição dos rios (...) bem como as inúmeras formas de vida privadas e públicas que não

tinham a ver com os lucros” (Polanyi, 1944/2012, p. 301).⁵ Estes custos irão progressivamente ser considerados incomensuráveis e, portanto, não abarcáveis pelos mecanismos de preços. A insustentabilidade das “ficções grosseiras”, associada ao imaginário mercantil de certas esferas da vida, é de tal ordem que o seu esforço de institucionalização tende a gerar um “contramovimento de protecção social”, plural do ponto de vista político e ideológico, muitas vezes conduzido por razões puramente pragmáticas, e plural do ponto de vista social, dada a multiplicidade de classes, suas fracções e alianças. O socialismo inscrever-se-ia na ala mais radical e consequentemente democrática deste contramovimento (Polanyi, 1944/2012).

3. O que é utópico e o que é realista na economia política?

Em contraste com as relações entre Mises e Polanyi, nunca houve qualquer debate intelectual explícito entre Polanyi e Hayek. Na obra de ambos existem apenas breves referências ao outro. Não obstante, podemos olhar para elas como sinais de uma sobreposição mais extensa de interesses e até de posições. Assim, Hayek menciona Polanyi somente duas vezes, ao longo da sua volumosa obra. A primeira referência é feita na edição inglesa de uma colecção de ensaios de críticos do socialismo em língua alemã (Hayek, 1935). Embora aponte os artigos de Polanyi nos anos vinte entre as mais importantes contribuições socialistas, e considere as experiências factuais e os contributos teóricos produzidos na Áustria dotados “de uma considerável força no âmbito da história intelectual do nosso tempo” (Hayek, 1935, p. 30), não há qualquer sinal, ao contrário do que sugere Congdon (1990), de que se tenha debatido a sério com os argumentos de Polanyi. Aliás, ele considerava que “os primeiros sistemas de um socialismo mais descentralizado, como o socialismo corporativo, ou sindicalismo, não devem fazer-nos perder tempo, uma vez que é agora bastante claro que não apresentam mecanismo algum para a direcção racional da actividade económica” (Hayek, 1935, p. 19). Mais de cinquenta anos depois, Hayek (1988) voltaria a mencionar Polanyi, apenas para criticar a sua visão de que a prosperidade de Atenas na

⁵ K. William Kapp, o economista institucionalista que sistematizou a noção de custo social, enquanto alternativa ao conceito mais circunscrito e convencional de externalidade negativa, considerou que *A Grande Transformação* indica “o muito que pode ser alcançado quando a história do capitalismo é reescrita tendo em vista tornar visível o fenómeno dos custos sociais” (Kapp, 1950, p. 45).

Antiguidade pudesse ter alguma coisa a ver com o modo particular como as autoridades públicas enquadraram e controlaram as actividades de trocas de mercado. Apesar da distância temporal considerável e dos diferentes contextos da discussão, existem elementos de continuidade, que dizem muito acerca da principal preocupação de ambos: a relação entre autoridade política e mercados, bem como o papel e a essência dos preços.

Por sua vez, Polanyi nomeia Hayek também duas vezes: numa crítica ao que ele via como o “preconceito económico” do argumento sobre a perversidade política do “intervencionismo” económico na obra *O Caminho para a Servidão* (Polanyi, 1947), e na crítica à edição em inglês, da responsabilidade de Hayek, da primeira edição dos *Princípios de Economia Política* de Carl Menger, em vez da amplamente revista segunda edição (Polanyi, 1977). Segundo Polanyi, esta última continha a distinção entre os significados formal e substantivo do termo económico, que ele desenvolveu, de acordo com a tradição aristotélica (Polanyi, 1977). Estas críticas merecem ser analisadas com mais atenção, pois contêm elementos que podem ilustrar a análise comparativa.

De facto, Polanyi (1947) posiciona os argumentos de Hayek (1944/2009) numa tradição liberal anacrónica, atolada no determinismo económico, que ele considerava ser o cunho intelectual distintivo da sociedade do século XIX, dominada por um sistema disfuncional de mercados. Esta sociedade estava em processo de transformação, por via do reconhecimento político e moral da natureza ficcional das mercadorias mais cruciais. O determinismo económico liberal manifestava-se num cepticismo profundo em relação ao futuro da liberdade nesta conjuntura histórica: “há quem sustente, como Hayek, que, uma vez que as instituições livres foram um produto da economia de mercado, devem dar lugar à escravidão quando essa economia desaparecer (...) Não é lá muito lógico atribuir os efeitos de uma necessidade económica à força de um motivo económico que depende da sua existência” (Polanyi, 1947, p. 117). No entanto, Polanyi reconhecia um aspecto moral importante na economia política de Hayek: que as denominadas “liberdades prezadas” – liberdade de consciência, liberdade de reunião, liberdade de associação, liberdade de escolher o emprego – eram um subproduto não intencional do domínio do sistema de mercados e da hegemonia da prática liberal de pensar as esferas política e económica como estando

separadas, por forma a subordinar a primeira às exigências da segunda (Polanyi, 1947, p. 117). A diferença, para Polanyi, é que estas “liberdades prezadas” estavam acompanhadas de “liberdades perversas”, por exemplo as ligadas ao poder dos empresários para transferir os custos sociais para os trabalhadores e para o conjunto da comunidade. Baseando-se na experiência da economia de guerra britânica, onde planeamento, liberdades civis e uma diminuição da desigualdade económica estiveram em sintonia, Polanyi declarou que uma reconfiguração institucional da economia talvez fosse capaz de criar uma separação entre as liberdades que os cidadãos têm razões para valorizar e as liberdades que têm razões para detestar.⁶ Uma vez que, como defendeu extensivamente em *A Grande Transformação*, os moldes das sociedades humanas não poderão jamais ser determinados apenas pelo que acontece na esfera económica, Polanyi concluiu que “as garantias institucionais de liberdade pessoal são compatíveis com qualquer sistema económico” e que as “liberdades perversas” podiam ser distinguidas das liberdades prezadas, e progressivamente eliminadas pela extensão destas ao reino da “indústria” (Polanyi, 1947, p. 117). É a pertinência desta distinção e o interesse desta expansão que, entre outras coisas, Hayek (1944/2009) nega.⁷ No entanto, Hayek (1944/2009) reconheceu que toda a economia é estruturada por regras, e nesse sentido regulada, procurando distanciar-se do *laissez-faire*. E como defendeu Polanyi (1944/2012, p. 466), toda a regulação “expande e ao mesmo tempo restringe a liberdade”, sendo que o que importa, em termos de economia política, “é a comparação entre as liberdades perdidas e as conquistadas”.

A outra referência de Polanyi a Hayek acontece no contexto da tentativa de resgatar do esquecimento intelectual a segunda edição, póstuma, dos *Princípios* de Menger, pela qual Hayek seria parcialmente responsável. O livro – *The Livelihood of Man* – onde surgem os comentários críticos de Polanyi foi publicado depois da sua morte, dando mostras do seu interesse constante pelos

⁶ Não deixa de ser interessante assinalar que Polanyi (1947) refira a necessidade de uma intervenção planeada e democrática por parte de consumidores e produtores para resolver o “problema da indústria” e para transcender “a mentalidade obsoleta de mercado”, fazendo deste modo eco, no contexto do pós-guerra e com menos pormenores institucionais, da posição original aquando do debate sobre o cálculo em socialismo.

⁷ Fá-lo através de um argumento que rejeita, abertamente, qualquer modelo de determinismo histórico, em particular a tese de que os desenvolvimentos tecnológicos estavam a levar os sistemas socioeconómicos para direções específicas, nomeadamente na direção do planeamento central. Ao mesmo tempo, afirma a primazia das ideias (Hayek, 1944/2009). Porém, Polanyi, que até podia estar de acordo com a posição de Hayek, tinha em mente uma forma mais específica de determinismo: a associação necessária, estabelecida por Hayek, entre a sociedade de mercado, por um lado, e a liberdade, por outro. Para Polanyi, esta relação era muito mais contingente e problemática.

contributos dos economistas na tradição da Escola Austríaca. Polanyi (1977) afiança que Menger formulou uma distinção entre dois entendimentos do económico e tentou, a partir dos anos quarenta, desenvolver a opinião do autor, a cujas implicações, tanto teóricas como políticas, atribui absoluta importância. O significado formal do económico sublinhava a importância do chamado comportamento económico racional, das escolhas racionais entre meios escassos para satisfazer preferências não-controladas, dando assim origem a uma visão a-histórica do indivíduo isolado, submerso num mercado altamente idealizado. Este significado cativou a imaginação social e foi posteriormente aplicado para avaliar toda a espécie de interações sociais, independentemente do tempo ou do espaço. A abordagem substantiva, por outro lado, centra-se no lado material da economia, nos “processos institucionalizados através dos quais se garante o sustento”, isto é, na combinação específica, em termos históricos e espaciais, das formas de integração – redistribuição, reciprocidade, economia doméstica e trocas de mercado – que a estruturam (Polanyi, 1977, p.20). Dedicar-se também à variedade de motivações humanas presentes no âmago das expressões institucionais concretas destas formas e ao tipo de interações entre as pessoas, e entre pessoas e a natureza, que são promovidos.

A dicotomia de Polanyi pode ser comparada com a (e em parte contraposta à) distinção que Hayek e de certo modo Mises fazem entre a *cataláxia*, enquanto ordem de mercado aberta e espontânea, e a economia, enquanto organização deliberada e fechada. Hayek (1982) considera que o termo “economia” é erradamente usado para descrever as sociedades de mercado, porque essas sociedades são, ao invés, compostas por miríades de economias, seja em modelo familiar, empresarial ou governamental. Nas empresas predominam a cooperação e o comando explícitos, baseados em fins específicos, assumidos e mais ou menos partilhados. O mesmo se passa nessa “peça da máquina utilitária” que é o Estado (Hayek, 1944/2009, p. 80). Os fins variam imenso ao nível social e só podem ser coordenados e tornados de algum modo compatíveis entre si pelo nexos monetário de mercados enquadrados por regras apropriadas (Hayek, 1982). Estamos perante a ordem económica aberta que Hayek contrapõe à ordem económica fechada, concebida à imagem da “concepção aristotélica da economia como economia doméstica”, ou seja, uma ordem geral onde as instituições económicas são pensadas e defendidas de acordo com os fins éticos que

promovem e as necessidades e capacidades humanas que favorecem (O'Neill, 1995, p. 426). O socialismo, a expansão do Estado social, ou formas de planeamento que interfiram com a formação de preços no âmbito de países capitalistas seriam, segundo Hayek, as expressões institucionais contemporâneas da hegemonia da ideia de que uma ordem complexa e em evolução podia ser pensada como uma economia.

Uma vertente importante e bastante estudada do pensamento de Hayek é, precisamente, marcada pela tentativa de construir uma narrativa histórica, em que a oposição entre a *cataláxia* e a economia seja determinante e que acompanhe a oposição, na evolução e selecção de regras, entre ordens espontâneas e construídas. A esta dicotomia institucional é necessário acrescentar uma outra, que ocorre ao nível fundamental das ideias: a oposição entre o construtivismo e aquilo a que Hayek chama várias coisas, desde abordagem evolucionista, racionalismo crítico, ou simplesmente tradição liberal clássica (Hayek, 1960/2006). Hayek defende em várias obras que o construtivismo enfatiza a capacidade da razão humana para configurar e reconfigurar as instituições da economia e controlar a sua evolução, apresentando assim uma visão a-histórica da razão humana. Esta abordagem ignoraria que, com todas as suas limitações, a razão é o produto de um longo processo de evolução cultural, em que os grupos mais bem-sucedidos são os que “tropeçaram” em determinadas configurações institucionais, que conduziram à ordem de mercado, e conseguiram preservá-las e melhorá-las (Hayek, 1944/2009; 1960/2006). A tradição evolucionista que Hayek invoca e reinventa retira várias implicações epistemológicas e ideológicas das “ideias gémeas” de ordem espontânea e de evolução cultural: os racionalistas construtivistas, sobretudo os de persuasão socialista, são incapazes de perceber a natureza da ordem que almejam destruir ou o papel que as regras, consoante vão evoluindo, desempenham em moldar e auxiliar os indivíduos, que detêm um conhecimento irremediavelmente limitado de como se devem comportar o mais racionalmente possível. Hayek, numa tentativa interessante para inverter os termos da discussão, considera o socialismo como sendo, na essência, e apesar da retórica racionalista dos seus proponentes, nada mais do que um anseio nostálgico por um estado de coisas primitivo, em que predominam as economias, em vez das mais avançadas e progressistas *cataláxias* (Hayek, 1982).

Existem duas questões que, apesar de óbvias, têm de ser levantadas neste contexto: em primeiro lugar, poderá Polanyi ser considerado um racionalista construtivista, de persuasão socialista, se aceitarmos os termos da taxonomia de Hayek? Em segundo lugar, será que o pensamento neoliberal, em geral, e em particular o de Hayek, não são vítimas da dicotomia estrita que ele elabora, na medida em que há, como assinalaremos com a ajuda de Polanyi, uma clara dimensão construtivista, assumidamente utópica, no seu seio?

À primeira vista, Polanyi parece incorporar todas as armadilhas do construtivismo racionalista e socialista que Hayek criticou ao longo da sua vida. Aliás, segundo os parâmetros de Hayek, podemos afirmar que Polanyi oscilou entre a tentativa de construir modelos para a sociedade socialista do futuro, nos anos vinte, e uma ânsia idealista e “atávica” por um passado pré-capitalista, dos anos quarenta em diante, em particular nos seus estudos de antropologia histórica.⁸ Poderíamos afirmar que o primeiro Polanyi expressa a “arrogância fatal” intrínseca ao socialismo, ou seja, a pretensão, por parte dos intelectuais, de que possuem o conhecimento suficiente para remodelar o complexo enquadramento institucional da sociedade, de forma a deixá-la de acordo com os seus ideais preconcebidos (Hayek, 1988); e é outrossim possível afirmar que o último expressa a relutância em aceitar a ideia de que a expansão das forças de mercado é uma força motriz na base do crescimento da civilização. Aquilo que Polanyi interpretou como o emergir de uma economia capitalista, minando os laços comunitários de confiança e reciprocidade, e substituindo-os por uma cultura míope e autodestrutiva de ganância, era, segundo Hayek (1982), nada mais do que a difícil e fundamental repressão dos instintos associados às sociedades primitivas de pequena escala, onde os seres humanos começaram a interagir uns com os outros. Esta repressão devia-se sobretudo à expansão do nexos monetário, ligada ao crescimento de uma cultura individualista, e com a transformação da essência das relações sociais. Mais ainda, a análise de Polanyi (1944/2012) acerca da necessária diversidade institucional que florescia no seio do capitalismo e o seu prognóstico de um modelo exequível de socialismo resumem, dirão alguns, a inconsistência intelectual do “pântano do meio” que Hayek (1944/2009) criticou de forma tão incisiva.

⁸ Para estes estudos, ver, por exemplo, Polanyi (1957).

Na realidade, o esboço de modelo para uma economia socialista de Polanyi surgiu em resposta ao desafio de Mises; e nunca houve a intenção de que fosse mais do que um rascunho para justificar e imaginar os padrões gerais de uma transição no contexto duma crise sistémica do capitalismo. Não era muito diferente, em termos da atitude intelectual perante as questões sociais e do conhecimento necessário para intervir nelas, dos momentos de engenharia política deliberada de Hayek, como por exemplo quando tentou “construir um equipamento intelectual de emergência”, capaz de redesenhar as instituições políticas dos países capitalistas, de forma a enfrentar o que considerava serem os problemas da “democracia ilimitada” e a atrofia dos mercados associada (Hayek, 1982, p. 152). Aliás, já nos anos trinta, Hayek (1939/1948b) tinha apresentado um detalhado modelo de organização federal que gerasse enviesamentos institucionais favoráveis à expansão dos mercados.

Pode dizer-se que Polanyi convergiu ainda mais com Hayek, embora chegando a conclusões morais e políticas opostas, em três áreas onde o conhecimento humano e respectivas limitações se manifestam com uma acuidade particular: a identificação de mecanismos e padrões que dêem conta do impacto das instituições nas motivações e carácter humanos; o papel de instituições específicas na identificação e mobilização de certas formas de conhecimento acerca das necessidades humanas; e a importância de avanços espontâneos, imprevisíveis e involuntários nas questões sociais.

Polanyi considerava, tal como Hayek, que era possível identificar os padrões globais e os mecanismos que os explicam, através dos quais instituições e ideias específicas podem influir nas motivações e interesses dos indivíduos. E, na verdade, a sua abordagem, embora de tipo socialista, converge com a do neoliberal Hayek, no sentido em que há em ambos um esforço para ter como ponto de partida o postulado realista de “homens cuja essência e carácter são determinados pela existência em sociedade” (Hayek, 1946/1948e: 6). Para Polanyi (1944/2012), isto implica igualmente levar até às últimas consequências a “realidade da sociedade”, com os seus mecanismos, tanto privados como públicos, de poder, coerção e persuasão, denunciando a divisão liberal entre a esfera da política e da ideologia e a esfera da economia. Esta separação servia apenas para aprofundar a hegemonia de uma visão altamente problemática das

motivações humanas, que as reduz ao egoísmo na esfera económica, incentivado por mercados em constante expansão – a acumulação de bens, sobretudo dinheiro, torna-se perversamente um fim em si mesmo para os indivíduos. Tanto ao nível do discurso, como ao da promoção política de um grau mais elevado de uniformidade institucional na economia, o liberalismo económico é acusado de ter um impacto corrosivo nas bases morais partilhadas em que qualquer sistema socioeconómico decente tem, necessariamente, de assentar (Polanyi, 1944/2012; Rodrigues, 2004). Uma expressão deste carácter corrosivo é a incapacidade dos indivíduos, em particular os que controlam as empresas capitalistas, de reconhecerem a responsabilidade moral e política pelos custos sociais que as suas actividades geram. Na ausência de regulação adequada e de freios e contrapesos sociais organizados, estes custos serão transferidos para os trabalhadores sob a forma de sofrimento humano, tanto no desemprego como no trabalho; e para toda a comunidade, através da criação de obstáculos à possibilidade de assegurar aquilo que Polanyi designou como o princípio da “habitação”, por causa da destruição do ambiente e da degradação dos espaços públicos na base da existência das comunidades.

Existem elementos suficientes para concluir que Polanyi retém uma importante conclusão do postulado da dependência institucional da sociabilidade humana, nomeadamente que não existe posição, instrumento ou forma de integração privilegiada, através da qual a totalidade da realidade social possa ser apreendida por um indivíduo ou grupo de indivíduos. Neste ponto, Polanyi não está muito distante de Hayek. Aliás, Polanyi (1925/2008c) recusa, muito claramente, o projecto de uma economia organizada exclusivamente em torno da planificação central e da sua dependência da recolha e agregação de informação quantitativa sobre a economia, em particular com recurso à estatística – era suposto o plano ser capaz de fornecer, quando muito, uma visão quantitativa a partir do exterior do processo de provisão, mas não conseguiria facultar uma visão qualitativa do interior. Isto, sublinhemo-lo agora, antes de Hayek ter criticado a pretensão de conhecimento por parte dos socialistas. Infelizmente, Hayek ignorou, de forma deliberada, os contributos dos socialistas, como Polanyi (1944/2012), que acabaram por aceitar a presença de mercados e o papel dos preços como instrumentos de informação para determinar os custos de bens e serviços numa sociedade complexa, mas que consideravam que esta instituição,

sobretudo na configuração idealizada pelos liberais, de um mecanismo espontâneo de procura e oferta, só era sustentável ou adequada para algumas áreas da vida social.⁹

O conceito de mercadoria fictícia desenvolvido por Polanyi (1944/2012) tem como objectivo, entre outras coisas, tornar clara a necessidade de instituições de controlo externas aos mercados, no Estado e na sociedade civil – como sindicatos, órgãos de regulação e planeamento e mecanismos de participação e deliberação, todos presentes no processo de provisão. Estes podiam ser veículos para a expressão de importantes preocupações de cariz qualitativo e para a reconfiguração política das instituições de mercado e sua substituição localizada por outros padrões de integração – como a domesticidade, a reciprocidade ou a redistribuição na provisão de bens. Polanyi acreditava, ao contrário de Hayek, que os mercados só seriam viáveis numa economia genuinamente mista, que considerava muito mais sustentável do que qualquer apologia utópica de uma *cataláxia* inescrutável.

Na verdade, Polanyi (1944/2012) inverteu a interpretação global da história de Hayek. Para simplificar, de algum modo, podemos afirmar que, para Hayek, os alegados mercados livres são sobretudo desenvolvimentos espontâneos, com que a humanidade se deparou, e que teria de preservar, aprimorar e expandir. A economia mista, por outro lado, é uma “mixórdia” insustentável, produto da mentalidade construtivista empenhada em reconfigurar a ordem social de forma a aproximá-la do projecto socialista pré-definido. Para Polanyi, é precisamente o contrário: o mercado livre é uma construção ideológica, utópica, que oculta o facto de os verdadeiros mercados serem artefactos maleáveis de poder estatal mais ou menos centralizado, que se expandiram numa determinada direcção no século XIX pela mão da ideologia intransigente do liberalismo económico. O contramovimento de protecção social, que deu a origem a uma série de economias mistas, que poderiam, eventualmente, ser a base de futuras sociedades socialistas, surgiu enquanto resposta política realista, espontânea e não planeada, à devastação causada pelas crises recorrentes das sociedades de mercado.

⁹ De resto, não foi só Hayek a ignorar a presença, ainda que subordinada dos mercados, no pensamento de Polanyi. Mesmo o seu biógrafo afirma que Polanyi defendeu uma “utopia anti-mercantil” (Dale, 2016: 326). Esta fórmula é duplamente infeliz: o termo utopia é sempre usado com uma conotação negativa em Polanyi, sinónimo de distopia liberal, por um lado, e os mercados são retidos nos exercícios prospectivos de Polanyi (1944/2012), por outro lado.

Embora esta resposta tenha sido inicialmente guiada por preocupações pragmáticas, acabou por tornar-se num movimento orientado por um conjunto diverso de ideologias.

Aquilo que Hayek via como “o caminho para a servidão” foi interpretado por Polanyi como a descoberta de modos de incrustar democraticamente a economia. Tal só poderia ser conseguido se houvesse o reconhecimento intelectual de que a “economia humana” não tem outro remédio senão ser “incrustada e emaranhada em instituições, tanto económicas como não económicas” (Polanyi, 1957, p. 250). A partir daqui, Polanyi conclui que o projecto liberal de reduzir a política e a moral a apêndices instrumentais do sistema de mercado, bem patente na ideia de que “em vez de existir uma economia incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema económico”, é um empreendimento utópico que corrói os requisitos socioeconómicos, políticos e morais de uma sociedade viável (Polanyi, 1944/2012, p. 194). Os objectivos do liberalismo económico podem ser inatingíveis, em última instância, mas as consequências de tentar expandir os mercados a um número cada vez maior de esferas da vida social seriam tremendas e negativas: uma utopia com consequências distópicas, em suma.

Tanto Polanyi como Hayek tinham consciência da dimensão das implicações políticas de escolher entre duas interpretações opostas da evolução histórica das economias políticas. Existe uma ligação entre a narrativa liberal da simplicidade e espontaneidade dos mercados livres e a ideia de que o socialismo não passa de engenharia política radical, um simples produto de evoluções ao nível ideológico. Polanyi estava apostado em destruir esta narrativa. É de notar que Polanyi (1944/2012), neste contexto, não avança com nenhum modelo detalhado, que explicita o modo como o liberalismo económico seria substituído pelo socialismo. Em parte, tal deveu-se ao facto de ele considerar na década de quarenta que o socialismo seria uma tendência favorecida pelo funcionamento não planeado das instituições democráticas – “o socialismo é, essencialmente, a tendência imanente a uma civilização industrial para transcender o mercado autorregulado, subordinando-o conscientemente a uma sociedade democrática” (Polanyi, 1944/2012, p. 440). Os mercados seriam, neste contexto, uma instituição economicamente útil, mas politicamente subordinada. Tendo em

mente a trajectória da sua investigação a partir de *A Grande Transformação*, Polanyi também se convenceu de que os modelos detalhados eram inúteis, perante a complexidade, mas também a diversidade, que as transformações institucionais poderiam adquirir, sobretudo a partir do momento em que os constrangimentos de um sistema-mundo capitalista integrado se estavam a atenuar por via de processos mais ou menos espontâneos de desglobalização. Em vez de dar detalhes institucionais, optou por olhar para as áreas onde a desmercadorização, indissociável da democratização com escala sobretudo nacional, teria de acontecer – trabalho, natureza e dinheiro – e para a defesa genérica de uma visão realista e unificada das motivações complexas dos indivíduos, indo bem para lá do egoísmo, que mimetizaria a nova articulação entre política e economia. Nestas, haveria sempre espaço, ainda que mais reduzido, para os incentivos pecuniários gerados nos mercados, e para promover a imaginação política que está por trás do surgimento de espaços cooperativos. Deste modo, fortalecer-se-ia a ideia de que a sociedade pode ser “um conjunto de relações propriamente humanas entre pessoas” (Polanyi, 1944/2012, p. 440).¹⁰

Ademais, Polanyi desejava igualmente conceber uma plataforma conceptual que pudesse orientar a busca pelas formas globais de integração identificáveis nas “economias empíricas” do passado, presente e futuro (Polanyi, 1957). Contrariamente às premissas liberais acerca da simplicidade das sociedades de pequena escala do passado pré-capitalista, Polanyi tentou demonstrar, na sua pesquisa histórica e antropológica, que todas as economias humanas tendem a ser caracterizadas por padrões de interacção social complexos. O processo de provisão estava, assim, muito longe da simplicidade das premissas associadas à ideia de uma *cataláxia*, que tendiam a olhar para o passado em termos de evolução conjunta, mais ou menos progressiva, de dinheiro, mercados e trocas, e para o presente como nada mais do que uma tentativa equivocada de destruição desta evolução (Polanyi, 1977). Embora não tenham sido concebidas directamente para responder às críticas de Hayek, a análise e categorias de Polanyi podem ser assim facilmente reconstruídas com esse objectivo em mente.

¹⁰ Esta ideia reflecte o horizonte cristão que influenciava Polanyi. Nos anos trinta, defendeu que cristãos e socialistas partilhavam uma mesma preocupação, ambos em conflito com o fascismo e o liberalismo de Mises (este acusado de tolerar o primeiro), nomeadamente quando insistiam no seguinte: “A descoberta do indivíduo é a descoberta da humanidade. A descoberta da humanidade é a descoberta da comunidade. A descoberta da igualdade é a descoberta da sociedade. Cada um está implicado no outro. A descoberta da pessoa é a descoberta de que a sociedade é uma relação de pessoas” (Polanyi, 1935, p. 370).

4. Conclusão

É interessante notar, em jeito de conclusão, que uma das ideias mais fecundas de Polanyi (1944/2012), usada hoje em dia para analisar criticamente a economia política do neoliberalismo, revelou ser a de que o próprio liberalismo económico requereu sempre um activismo político estatal, nacional e imperial, sem precedentes para que a sua precária institucionalização fosse possível. Haveria um desfasamento entre a teoria e a prática políticas.

O neoliberalismo, enquanto reinvenção do liberalismo económico depois da sua queda no período entre guerras, cujo poder e alcance Polanyi claramente subestimou, seria também, na prática, um construtivismo político disfarçado por uma teoria mais ou menos naturalista sobre o mercado. Apesar dessa subestimação, Polanyi legou-nos um arsenal teórico que nos permite compreender as razões para esse construtivismo. Assim sendo, a retórica sobre as ordens espontâneas, analisada num quadro Polanyiano, faria parte de uma “dupla verdade” com intuítos de obnubilação ideológica e propagandística da parte de quem, como Hayek, sempre valorizou o papel das ideias e instituições políticas, e do seu controlo, na da evolução institucional da economia, valorização aliás partilhada com Mises (Mirowski, 2009).

Creio, no entanto, que uma leitura da tradição neoliberal revela como o desfasamento enunciado entre teoria e prática é bem menor do que se julga, o que não quer dizer que não existam aí tensões teóricas relevantes (Rodrigues, 2018). Sendo a questão do Estado e do seu controlo elitista decisiva, sobretudo tendo em conta a resiliência das tendências ditas colectivistas no século XX, a criação de estruturas económicas e políticas de constrangimento, que limitem a democracia, torna-se crucial, dado o diagnóstico: “duvido que um mercado funcional tenha alguma vez surgido no quadro de uma democracia ilimitada e parece provável que uma tal democracia o destruiria se por acaso aí tivesse surgido” (Hayek, 1982, p. 77). Dado que Polanyi nos indica como o “*laissez-faire* fora planeado” ou como “a via do mercado livre foi aberta e manteve-se aberta graças ao incremento do intervencionismo organizado e controlado centralmente” (Polanyi, 1944/2012,

pp. 310-311), tal desconfiança em relação à democracia de alta intensidade não se deve a uma desconfiança em relação ao Estado, bem pelo contrário.

Para os neoliberais é claro que a expansão nacional e interligação global dos mercados exigiram sempre uma expansão da acção multi-escalar dos poderes públicos – sobretudo dos países do centro –, o que seria aliás facilitado por uma condição política: inexistência ou forte limitação da democracia, até porque a condução política é confiada a instituições tanto quanto possível blindadas face às pressões sociais das maiorias nos vários espaços da sua operação, idealmente de natureza supranacional.

Ao definir o socialismo como processo de democratização da economia, as hipóteses de Polanyi contrastam com as que são propagadas pelos neoliberais. Ao mesmo tempo, as suas propostas socialistas foram moldadas e temperadas pelo envolvimento com os poderosos argumentos na origem da renovação do liberalismo económico, culminando na ideia da economia mista com ampla variação institucional, permitida pela redução das pressões globalizadoras. É caso para dizer que o debate continua na actualidade; e que alguns dos seus termos continuam a ser bem enquadrados pelos autores aqui apresentados.

Bibliografia

Block, W. (1996). Hayek's Road to Serfdom. *Journal of Libertarian Studies*, 12: 2, 339-36.

Boetke, P. (2002). *Calculation and Coordination – Essays on Socialism and Transitional Political Economy*. Londres: Routledge.

Caldwell, B. (2004). *Hayek's Challenge – An Intellectual Biography of F. A. Hayek*. Chicago: Chicago University Press.

Chaloupek, G. (1990). The Austrian debate on economic calculation in a socialist economy. *History of Political Economy*, 22: 4, 659-675.

Cole, G. D. H. (1920). *Guild Socialism Restated*. Londres: Leonard Parsons.

Congdon, L. (1990), "The Sovereignty of Society", in K. Polanyi-Levitt (ed.), *The Life and Work of Karl Polanyi*, Montreal: Black Roses Books.

Dale, G. (2010). *Karl Polanyi – The Limits of the Market*. Cambridge: Polity Press.

Dale, G. (2016). *Karl Polanyi – A Life on the Left*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Hayek, F. (1935). The Nature and History of the Problem. In F. Hayek (Ed.), *Collectivist Economic Planning* (pp. 1-40). Londres: Routledge and Kegan Paul.

Hayek, F. (1948a). Economics and Knowledge (pp. 33-56). *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press (publicado originalmente em 1937).

Hayek, F. (1948b). The Economic Conditions of Interstate Federalism. In *Individualism and Economic Order* (pp. 255-272). Chicago: University of Chicago Press, 1939.

Hayek, F. (1948c). The Use of Knowledge in Society. In *Individualism and Economic Order* (pp. 77-93. Chicago: University of Chicago Press. (Publicado originalmente em 1945).

Hayek, F. (1948d). The Meaning of Competition. *Individualism and Economic Order* (pp. 92-106). Chicago: University of Chicago Press. (Publicado originalmente em 1946).

Hayek, F. (1948e). Individualism: True or False. In *Individualism and Economic Order* (pp. 1-32). Chicago: University of Chicago Press. (Publicado originalmente em 1946).

Hayek, F. (1982). *Law, Legislation and Liberty*. Londres, UK: Routledge.

Hayek, F. (1988). *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Hayek, F. (2006). *The Constitution of Liberty*. Londres: Routledge. (Publicado originalmente em 1960).

Hayek, F. (2009). *O Caminho para a Servidão*. Lisboa: Edições 70. (Publicado originalmente em 1944)

Heilbroner, R. (1989). The Triumph of Capitalism. *The New Yorker*, 23 de Janeiro.

Hodgson, G. (1999). *Economics and Utopia*. Londres, UK: Routledge.

Ikedá, S. (1997). *Dynamics of the Mixed Economy – Toward a theory of interventionism*. Londres: Routledge.

Kapp, K. W. (1950). *The Social Cost of Private Enterprise*. Nova Iorque: The Schocken Books, 1971.

Keynes, J. M. (1944). Letter to Hayek. In D. Moggridge (Ed.), *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume 27 (pp. 385-388). Londres: MacMillan.

Lange, O. (1936). On the Economic Theory of Socialism. In B. Lippincott (Ed.), *On the Economic Theory of Socialism*. Minnesota: University of Minnesota Press.

Maucourant, J. (2005). *Avez-vous lu Polanyi?*. Paris : La Dispute.

Mendell, M. (1990). Karl Polanyi and Feasible Socialism. In K. Polanyi-Levitt (Ed.), *The Life and Work of Karl Polanyi* (pp. 66-77). Montreal: Black Roses Books.

Mirowski, P. (2009). Postface: Defining Neoliberalism. In P. Mirowski & D. Plehwe (Eds.), *The Road from Mont Pelerin – The Making of the Neoliberal Thought Collective* (pp. 417-455). Cambridge, MA: Harvard University Press.

Mises, L. von (1920). Economic Calculation in the Socialist Commonwealth. In F. Hayek (Ed.), *Collectivist Economic Planning* (pp. 87-130). New York: Augustus M. Kelley, 1935.

Mises, L. von (1981). *Socialism*. Indianapolis: Liberty Fund.

Mises, L. von (1927). *Liberalism*. San Francisco, CA: Cobden Press. (Publicado originalmente em 1985).

Mises, L. von (1944). *Bureaucracy*. Cedar Falls: Center for Futures Education. (Publicado originalmente em 1983).

Mises, L. von (1949). *Human Action*. London: William Hodge.

O'Neill, J. (1995). Polity, Economy, Neutrality. *Political Studies*, 33, 414-431.

O'Neill, J. (1998). *The Market – Ethics, Knowledge and Politics*. Londres: Routledge.

Polanyi, K. (1935). The Essence of Fascism. In J. Lewis, K. Polanyi e D. Kitchin (Eds.), *Christianity and Social Revolution*. Londres : Victor Gollancz Ltd.

Polanyi, K. (1947). Our Obsolete Market Mentality – Civilization Must Find a New Thought Pattern. *Commentary*, 3, 109-117.

Polanyi, K. (1957). The Economy as an Instituted Process. In K. Polanyi, C. M. Arensberg and H. W. Pearson (Eds.), *Trade and Market in the Early Empires—Economies in History and Theory*. Glencoe, Illinois: The Free Press.

Polanyi, K. (1977). *The livelihood of man*. Nova Iorque: Academic Press.

Polanyi, K. (2008a). La comptabilité socialiste. In *Essais de Karl Polanyi* (pp. 283-316). Paris: Seuil (publicado originalmente em 1922).

Polanyi, K. (2008b). La théorie fonctionnelle de la société et le problème de la comptabilité socialiste. In *Essais de Karl Polanyi* (pp. 317-326). Paris: Seuil (publicado originalmente em 1924).

Polanyi, K. (2008c). Nouvelles considérations sur notre théorie et notre pratique. In *Essais de Karl Polanyi* (pp. 327-336), Paris: Seuil (publicado originalmente em 1925).

Polanyi, K. (2012). *A Grande Transformação*. Lisboa: Edições 70. (Publicado originalmente em 1944).

Rodrigues, J. (2004). Endogenous Preferences and Embeddedness. *Journal of Economic Issues*, 30 : 1, 189-200.

Rodrigues, J. (2012). Where to Draw the Line between the State and Markets? Institutional Elements in Hayek's Neoliberal Political Economy. *Journal of Economic Issues*, 66: 4, 1007-1033.

Rodrigues, J. (2013). The Political and Moral Economies of Neoliberalism: Mises and Hayek. *Cambridge Journal of Economics*, 37: 1001-1017.

Rodrigues, J. (2018). Embedding neoliberalism: The theoretical practices of Hayek and Friedman. In D. Cahill, M. Konings, M. Cooper and D. Primrose (Eds.), *SAGE Handbook of Neoliberalism*. Londres: Sage, no prelo.

Rosner, P. (1990). Karl Polanyi on Socialist Accounting. In K. Polanyi-Levitt (Ed.), *The Life and Work of Karl Polanyi* (pp. 55-65). Montreal: Black Roses Books.

Schumpeter; J. (1976). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres, UK: Routledge. (publicado originalmente em 1942).

Uebel, T. (2008). Calculation in kind and marketless socialism: On Otto Neurath's utopian economics. *European Journal of the History of Economic Thought*, 15: 3, 475-501.